



Opinião Econômica

Marcos Mendes

Economista, pesquisador associado ao Insuper, é autor de "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?", e colunista da Folha de S.Paulo



Não houve corte de despesa

Compromisso fiscal crível seria bloqueio de R\$ 23 bi em 2024

No último dia 3, o ministro da Fazenda reuniu-se com o presidente da República. O resultado da conversa foi assim noticiado pela Folha: "Haddad anuncia R\$ 25,9 bi em cortes para manter o arcabouço". Outros veículos trouxeram manchetes similares, que deram ao leitor a impressão de que havia sido determinado um corte imediato de despesas.

A realidade, contudo, é que nem um tostão de despesa foi cortado.

O que se fez foi subestimar a despesa orçada para 2025. O governo está com dificuldade de fechar o orçamento do próximo ano cumprindo a meta de déficit zero. Para "resolver o problema", anunciou que vai diminuir a despesa orçada, com base em uma promessa de rever benefícios indevidos e, quem sabe, economizar quase R\$ 26 bilhões.

Se não der certo a revisão, faltará orçamento para pagar a despesa. Há indícios de superestimação da economia prevista. Um estudo feito por Leonardo Rolim, ex-secretário de Previdência e ex-presidente do INSS, propõe dez iniciativas distintas, que gerariam uma economia de R\$ 18 bilhões no primeiro ano após as revisões -R\$ 8 bilhões a menos que a promessa do governo.

Ademais, o conjunto de medidas propostas por Rolim é bem mais amplo do que sinaliza o governo. O texto sugere, por exemplo, apertar os critérios para isenção de imposto de renda para aposentados e pensionistas com doenças graves (R\$ 4,5 bilhões de economia no primeiro ano). Também propõe restringir a isenção de IPI na venda de automóveis para pessoas com deficiência (R\$ 0,3 bi). Essas medi-

das não parecem estar no radar do governo.

Em pelo menos uma das ações propostas -a revisão do BPC (R\$ 4,2 bi de impacto no primeiro ano)- o estudo aponta a necessidade de alteração da legislação. Para ter efeito no ano que vem, esse projeto de lei (ou emenda a ser encaixada em algum projeto) precisa ser proposto e aprovado rapidamente.

Há, também, a necessidade de contratar pessoal temporário para fazer força tarefa para acelerar a análise, pelo INSS, de processos com indícios de fraude (R\$ 3 bilhões de economia no primeiro ano) e nas compensações com regimes dos estados e municípios (R\$ 2,3 bilhões). Não é rápido contratar e treinar pessoal.

Não se deve subestimar a dificuldade de montar e implementar simultaneamente dez ações

diferentes de revisão de benefícios e melhorias gerenciais. É necessária capacidade de coordenação e superação de inércia burocrática. A discussão sobre os critérios de revisão de cada benefício pode levar meses.

Se a revisão ficar concentrada nos benefícios previdenciários típicos, para os quais a Previdência teria alguma agilidade e experiência prévia (auxílio incapacidade temporária, auxílio acidente, aposentadoria por invalidez) a economia prevista por Rolim seria de apenas R\$ 2,5 bilhões no primeiro ano e R\$ 5,1 bilhões no segundo.

O anúncio do resultado da reunião de Haddad com o Presidente foi um contorcionismo retórico para transformar uma subestimação de despesa orçamentária em "corte de despesas".

Rever benefícios, evitar fraudes e ser criterioso na concessão é obrigação cotidiana. Principalmente quando observamos crescimento explosivo no número de beneficiários de alguns programas como o BPC-deficientes

(12% ao ano) ou auxílio-doença (50% ao ano). Algo de errado está acontecendo e precisa ser investigado.

Mas isso não substitui a agenda de correção das regras que levam ao crescimento insustentável da despesa obrigatória, como a correção das aposentadorias pelo reajuste real do salário mínimo, as regras frouxas de aposentadoria para militares ou a proliferação das emendas parlamentares, entre tantas outras.

Ao colocar todas as fichas na revisão de benefícios, chancelou-se o veto do presidente às reformas necessárias.

Se a reunião com o Presidente tiver realmente mudado a orientação da política fiscal, no próximo dia 22 o governo bloqueará pelo menos R\$ 23 bilhões em despesas de 2024, para evitar o descumprimento do teto de despesas do arcabouço.

Se não o fizer, dará razão ao bordão do inesquecível personagem Odorico Paraguaçu: "palavras são palavras, nada mais que palavras!".

Plano Safra Banrisul

2024/25

R\$ 12,2 Bilhões



banrisul.com.br/planosafra



banrisul

SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200

Corsan avalia atuação durante as enchentes

/ CLIMA

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

Dos 317 municípios atendidos pela Corsan no Rio Grande do Sul, 236 foram atingidos e 67 sofreram desabastecimento pelos danos severos nas estações de captação, de tratamento e de distribuição de água durante as enchentes de maio. As estações mais impactadas foram as localizadas nas regiões Central (de Santa Maria), Nordeste (de Bento Gonçalves e Vales do Caí e do Taquari) e Metropolitana.

A presidente da Corsan, Samanta Takimi, destacou o esforço da companhia para manter os serviços funcionando. Informou que a companhia, além do relatório, lançará um livro contando uma pouca da história e dos desafios vi-



Samanta Takimi apresentou balanço de atividades nas cheias

vidos pelos funcionários. Entre os desafios enfrentados durante as enchentes, ocorreram alagamentos de estruturas operacionais nas regiões mais baixas, falta de energia elétrica, grande quantidade de vegetação e destroços nas redes de captação, rompimento de adutoras e dificuldade de acesso a várias lo-

calidades para a realização de reparos importantes.

Para retomar o abastecimento nas localidades atingidas, a companhia acionou o plano de contingência, envolveu aproximadamente 5 mil colaboradores diretos e indiretos e adotou medidas e procedimentos para a recuperar os 67 sistemas severamente danificados. Samanta observa que a Corsan mobilizou até mergulhadores, técnicos de rapel e recursos como embarcações, helicópteros, tratores, guindastes e veículos-anfíbios. A Corsan também teve de empregar equipamentos extraordinários emergencialmente.

Samanta Takimi apresentou o relatório com a atuação da Corsan nas enchentes durante visita ao Jornal do Comércio, quando esteve acompanhada de Gabriela Mendonça, da Comunicação Regional Sul Aegea. Elas foram recebidas pelo diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero, na tarde de quinta-feira.

Inundações derrubam indústria e turismo no Rio Grande do Sul

As enchentes de maio derrubaram atividades como indústria e turismo no Rio Grande do Sul, indicam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Mesmo assim, analistas afirmam que o reflexo da catástrofe climática no PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil tende a ser menos intenso que o esperado inicialmente.

Na avaliação deles, a economia nacional ainda mostrou sinais de força em maio, apesar do desastre no estado, que já teria apresentado indícios de alguma retomada em junho. Nesta sexta-feira, o instituto informou que o volume do setor de serviços no Brasil ficou estável no quinto mês do ano, com variação nula (0%) ante abril, após dois avanços consecutivos. O resultado veio melhor do que a expectativa do mercado financeiro, que era de baixa de 0,8%.

O índice de volume de ativi-

dades turísticas despencou 32,3% no Rio Grande do Sul em maio, apontou o IBGE. O órgão associou o resultado às enchentes. No Brasil, o mesmo índice teve uma variação bem menos negativa em maio: -0,2%. O Rio de Janeiro mostrou o principal crescimento do turismo ante abril (2,5%). O IBGE destacou que fatores como Dia das Mães e grandes eventos, incluindo o show da cantora Madonna no Rio, beneficiaram o consumo de serviços prestados às famílias no país. O volume desse componente cresceu 3% em maio no Brasil.

O instituto também divulgou nesta sexta dados regionais da produção industrial. Em maio, o indicador teve um tombo de 26,2% no Rio Grande do Sul. Trata-se da queda mais intensa da série histórica local, com dados desde janeiro de 2002. O IBGE lembrou que o estado teve paralisação total ou parcial de fábricas devido às enchentes.